

S.A. FÁBRICA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS VIGOR

CNPJ 61.116.331/0001-86 - NIRE 35 300 052 315

Companhia Aberta de Capital Autorizado**Ata da Assembléia Geral Extraordinária Realizada no Dia 10 de Março de 2006**

I. Data, Hora e Local: Realizada no dia 10 de março de 2006, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, na Rua Joaquim Carlos, 396, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **II. Convocação:** Editais de Convocação publicados no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo, nas edições dos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2006, respectivamente, nas páginas 117, 196 e 53, e (ii) no DCI Comércio Indústria & Serviços, nas edições dos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2006, respectivamente, nas páginas C5, C6 e C2. **III. Presenças:** Presentes (i) os acionistas que esta subscrevem, representando mais de 2/3 do Capital Social com direito a voto, havendo, portanto, *quorum* para instalação e para deliberação das matérias constantes da ordem do dia, nos termos da legislação em vigor e do Estatuto Social da Companhia, e (ii) o Diretor de Relações com Investidores, e o representante da Boucinhas & Campos e Soteconti Auditores Independentes, e os membros do Conselho Fiscal. **IV. Composição da Mesa:** Carlos Alberto Mansur - Presidente da Mesa; Carlos Roberto Fonseca - Secretário. **V. Ordem do Dia:** (i) aprovar e fixar as condições aplicáveis à 4ª. emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie com garantia flutuante, nos termos do Artigo 40 do Estatuto Social da Companhia; e (ii) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à obtenção do registro na CVM da 4ª. emissão de debêntures da Companhia, bem como prestar todos os esclarecimentos adicionais à CVM durante o processo de obtenção de registro da referida emissão, ratificando os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com tal finalidade até a presente data. **VI. Deliberações:** Os acionistas presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o quanto segue: **A. Aprovar a emissão, pela Companhia, de debêntures para a distribuição pública, sujeita a registro na CVM, nas seguintes condições:** **1.1. Número de Ordem da Emissão:** 4ª. (quarta) emissão de debêntures da Companhia. **1.2. Montante Total da Emissão:** o montante total da Emissão será de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida abaixo, o qual atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) o valor contábil do ativo da Companhia, diminuído do montante de suas dívidas garantidas por direitos reais, é de R\$376,9 milhões, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2005, (ii) a 1ª e a 2ª emissões de debêntures da Companhia já venceram e foram inteiramente pagas; e (iii) do montante total da 3ª Emissão, que na Data de Emissão da 3ª. emissão era de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), já foram amortizados R\$ 19.224.633,98 (dezenove milhões, duzentos e vinte e quatro mil, seiscentos e trinta e três reais e noventa e oito centavos) até a presente data. **1.3. Séries:** a Emissão será realizada em 1 (uma) única série. **1.4. Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 1.000 (um mil) debêntures ("Debêntures"). **1.5. Valor Nominal Unitário das Debêntures:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) ("Valor Nominal"). **1.6. Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia flutuante. **1.7. Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de abril de 2006 ("Data de Emissão"). **1.8. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional. **1.9. Tipo e Forma:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia e terão a forma nominativa escritural. **1.10. Prazo e Vencimento:** o prazo das Debêntures é de 03 (três) anos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 01 de abril de 2009 ("Data de Vencimento"). **1.11. Amortização:** as Debêntures serão amortizadas conforme segue: (i) 10% (dez por cento) de seu Valor Nominal será devido em **01 de abril de 2007**; (ii) 40% (quarenta por cento) de seu Valor Nominal será devido em **01 de abril de 2008**; e (iii) o saldo remanescente de seu Valor Nominal será devido na Data de Vencimento, ou seja, em **01 de abril de 2009**. **1.12. Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, total ou parcialmente, por preço não superior ao seu Valor Nominal, ou saldo do Valor Nominal, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo segundo, da Lei das Sociedades por Ações. Nesta hipótese, as Debêntures que eventualmente vierem a ser adquiridas pela Companhia poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. **1.13. Remuneração:** as Debêntures farão jus a juros remuneratórios, a serem pagos anualmente a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal, e equivalentes a 110% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de 01 (um) dia, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada diariamente pela Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP") no Informativo Diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação, doravante denominada "Taxa DI". A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal ou saldo do Valor Nominal desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Pagamento de Juros (definido abaixo), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser detalhada na Escritura de Emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão"). Cada data de pagamento da Remuneração é definida como "Data de Pagamento de Remuneração". **1.13.1.** O período de pagamento da Remuneração ("Período de Pagamento de Juros") é, para o primeiro Período de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à primeira Data de Pagamento de Remuneração e, para os demais Períodos de Pagamento de Juros, o intervalo de tempo que se inicia em uma Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, e termina no dia imediatamente anterior à Data de Pagamento de Remuneração subsequente. **1.14. Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no Sistema Nacional de Debêntures ("SND"); (ii) na sede da Companhia, ou, (iii) pelo Banco Mandatário. **1.15. Prorrogação dos Prazos:** considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os pagamentos por meio

da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo. **1.16. Vencimento Antecipado:** o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, ou do saldo do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, independentemente de qualquer aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial à Companhia, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos: (i) não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração ou de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas respectivas datas de vencimento; (ii) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia; (iii) pedido de auto-falência ou decretação de falência da Companhia; (iv) liquidação ou dissolução da Companhia; (v) protesto legítimo de títulos contra a Companhia, cujo valor em conjunto ou isoladamente ultrapasse R\$. 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ajustado pelo Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M") desde a Data da Emissão, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Companhia, se for cancelado, ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência; (vi) vencimento antecipado de qualquer obrigação da Companhia decorrente de inadimplemento de obrigação de pagar qualquer valor igual ou superior a R\$. 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ajustado pelo IGP-M desde a Data da Emissão, ou o equivalente em outras moedas; (vii) não cumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação relevante não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, pela Companhia, de notificação do respectivo inadimplemento enviada pelo Agente Fiduciário; e (viii) demais casos previstos em lei. **1.17. Pagamento na Ocorrência de Vencimento Antecipado:** na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 1.16 acima, a Companhia obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia. **1.18. Multa e Juros Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Companhia, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos vencidos e não pagos ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a: (i) multa não compensatória de 2% (dois por cento); (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês; e (iii) incidência da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data em que o pagamento era devido até a data do efetivo pagamento pela Companhia. **1.19. Decadência do Direito aos Acréscimos:** sem prejuízo do disposto no item 1.18 supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Companhia, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Companhia, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento. **1.20 Colocação e Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, nos termos da Instrução CVM 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400"), com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para colocação por meio do Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP. **1.20.1.** A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de distribuição pública pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto para os investidores. **1.21. Publicidade:** os anúncios de início e encerramento de distribuição das Debêntures e todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão, obrigatoriamente, veiculados, na forma de avisos, nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia para realização de suas publicações. **1.22. Fundo de Manutenção de Liquidez:** Não será constituído fundo de manutenção de liquidez das Debêntures; **B.** Aprovar a delegação da competência de que trata o §1º do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, cabendo ao Conselho de Administração da Companhia deliberar sobre os demais procedimentos de subscrição ou colocação das Debêntures não expressamente estabelecidos na presente, ficando desde já autorizada a distribuição parcial das debêntures, nos termos do artigo 30 da Instrução CVM 400, sendo que, neste caso, deverão ser colocadas, no mínimo, 600 (seiscentas) Debêntures, perfazendo o montante de R\$. 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para que seja mantida a oferta. As Debêntures não colocadas durante o prazo de distribuição pública serão canceladas pela Companhia. **C.** Autorizar a Diretoria da Companhia a (i) tomar todas as providências para submeter a Emissão a registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM - e nos demais órgãos competentes, (ii) negociar e celebrar a escritura de Emissão das Debêntures e todos os demais documentos necessários à implementação da Emissão, (iii) contratar, (iii.1) agência(s) classificadora(s) de risco (rating), (iii.2) instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, para coordenar a distribuição e a colocação das Debêntures, (iii.3) agente fiduciário; e (iii.4) instituição mandatária e escrituradora, fixando-lhes os respectivos honorários; e (iv) ratificar todos os atos, relativos à Emissão, que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data desta Assembléia Geral. **VII. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a Assembléia, cuja ata lida e achada conforme é assinada por todos os acionistas que constituíram o quorum necessário à validade das deliberações, tendo os senhores acionistas autorizado expressamente a publicação com omissão das suas assinaturas conforme facultado pelo artigo 130, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 10 de março de 2006. Carlos Alberto Mansur - Presidente - Carlos Roberto Fonseca - Secretário. Acionistas presentes: pp. CM-Indústria e Comércio Ltda - Dr. Luciano Adonizete L. Carvalho; Carlos Alberto Mansur, pp. Hamiltom E A R Proto - Dr. Luciano Adonizete L. Carvalho; pp. Antônio Deolindo de Souza - Dr. Luciano Adonizete L. Carvalho; pp. Nelson Ambra Castro Junior - Dr. Luciano Adonizete L. Carvalho; pp. Walter Mantovanini - Dr. Luciano Adonizete L. Carvalho; Vinicius Vieira Ramos; Nelson Tatsuzi Miyashiro - Carlos Roberto Fonseca; pp. Roberto Atsushi Yamamoto - Dr. Luciano Adonizete L. Carvalho; p/Sapotí Higienização Ltda - João Bernardo Capelotto; p/ Boucinha & Campos + Sotconti Auditores Independentes S/C - pp. José Roberto Carbonei - CRC-1SP201337/o-0; Vinicius Vieira Ramos - Diretor Relações com Investidores. Membros do Conselho Fiscal: Toshio Honda; Walter Silva; Rubens Abutara. A presente é cópia fiel do que se encontra transcrito no livro próprio. São Paulo, 10 de Março de 2006. **Carlos Roberto Fonseca** - Secretário. JUCESP nº 77.958/06-8 em 17/03/2006. Cristiane da Silva F. Corrêa - Secretária Geral.